

Impasse na renegociação pode levar governo a um acordo descentralizado

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aguarda a chegada hoje do negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, para conhecer os detalhes da contraproposta apresentada pelos bancos e definir a posição do País frente a ela. Assesores do Ministério da Economia antecipam, no entanto, que dificilmente a proposta dos bancos poderá ser aceita já que esbarra no limite da capacidade de pagamentos previsto para este ano.

A partir do superávit fiscal primário projetado para dezembro e deduzidos os recursos destinados a pagamento da dívida interna e formação de reservas internacionais restaria para desembolso aos bancos credores, em 1990, não mais do que US\$ 1 bilhão. A contraproposta dos bancos, que exigem o pagamento imediato de um terço dos juros em atraso até 30 de setembro para que as negociações sigam adiante, representa desembolso entre US\$ 1,8 bilhão e Cr\$ 2 bilhões este ano.

Segundo informa o correspondente Getulio Bittencourt (ver matéria ao lado), os bancos credores propõem que o Brasil pague US\$ 3,4 bilhões sobre os juros atrasados até março de 1991.

O embaixador Jório Dauster, na verdade, antecipou para ontem à noite o retorno de Nova York que estava previsto apenas para sábado. Depois de receber a contraproposta dos bancos, não havia mais o que discutir com o comitê assessor sem ter acertado com a ministra da Economia a posição oficial do governo.

NEGOCIAÇÃO DESCENTRALIZADA

Um técnico qualificado do ministério, envolvido com a questão da dívida externa, disse à editora Claudia Safatle, deste jornal, que a consolidação de um impasse pode fazer ressurgir a idéia da negociação descentralizada, pela qual os grandes devedores do setor público procurariam buscar entendimento em separado com seus credores. Essa é uma idéia que a ministra chegou a defender ainda durante a campanha presidencial mas que foi colocada para escanteio pelo governo no final do primeiro semestre deste ano.

A contraproposta dos bancos credores restringe-se por enquanto à questão dos juros atrasados, na posição de 30 de setembro, cu-

jo valor equivale a cerca de US\$ 6 bilhões. Desse total, US\$ 4 bilhões encontravam-se efetivamente depositados no Banco Central naquela data, enquanto o restante, cerca de US\$ 1 bilhão, (o cálculo aqui é grosseiro porque não há um mecanismo rápido no governo que acompanhe sem defasagem o total dos juros devidos) equivalia a juros em atraso cujo pagamento não havia sido efetivado em cruzeiros. Portanto, não ocorreu o fechamento de câmbio necessário para o depósito dos recursos no BC.

US\$ 9 BILHÕES

Até a posição do dia 6 deste mês, terça-feira desta semana, o total dos atrasados em depósito pela resolução 1.564 (que centraliza o câmbio no BC) estava em torno de US\$ 9 bilhões, formando juros devidos a bancos e compromissos em atraso com credores do Clube de Paris.

Fora do BC, sem que tivessem ocorrido as operações de fechamento de câmbio, os atrasados na posição do último dia 6 eram de US\$ 2,3 bilhões. O País devia ao exterior na terça-feira passada, portanto, o montante de US\$ 11,3 bilhões de compromissos em atraso junto a bancos e às agências de financiamento dos governos credores, valor que está muito acima das reservas internacionais em caixa e que variam em torno de US\$ 8 bilhões a US\$ 8,5 bilhões.

A proposta apresentada pelos bancos é a seguinte:

- um terço dos juros em atraso até 30 de setembro seria pago de imediato pelo Brasil na forma "cash" com os recursos saindo efetivamente das reservas internacionais do País. Aquele um terço representa entre US\$ 1,8 bilhão e US\$ 2 bilhões.

- os restantes dois terços de juros em atraso até 30 de setembro — algo em torno de US\$ 4 bilhões — seriam transformados em "bullet notes" com cinco anos de prazo e juros que acompanham a "libor" (taxa interbancária de Londres) mais uma comissão de 0,8125% ao ano.

- os juros que vencem no último trimestre deste ano e no primeiro trimestre de 1991 (cobrindo um período de seis meses, entre outubro e março do ano que vem) estão calculados em torno de US\$ 3 bilhões e seriam pagos 50% na forma "cash", com desembolso em data a ser programada, e os restantes 50% seriam financiados nas mesmas condições dos dois terços dos atrasados.